

# A busca de uma nova aliança

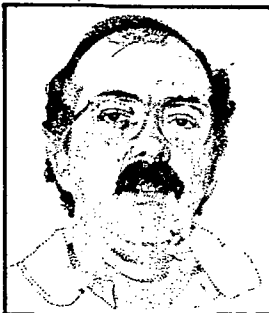
24 SET 1989

**As relações entre o Estado e a economia precisam ser redefinidas, para que nasça o Estado necessário**

Beatriz



Zélia Cardoso de Mello



Renato Boschi

O Estado se tornou o grande saco de pancadas da campanha para o Planalto. Com diferenças de ênfase e argumentos, todos os candidatos se esforçam para desafiar este pai monstruoso que preside hoje os destinos do país. Um comunista como Roberto Freire por vezes parece mais liberal que um conservador como Aureliano Chaves. A economista Zélia Cardoso de Mello, do staff de Collor de Mello, diz que o papel do Estado precisa ser redefinido, para que a relação perversa que ele tem hoje com a sociedade seja

substituída por uma boa aliança. O cientista político Renato Boschi, do IUPERJ, mostra as dificuldades enfrentadas pelos que pretendem sustentar um discurso nítido em relação à questão — seja uma fala estatizante, seja liberal — porque na sociedade brasileira Estado e economia parecem estar irremediavelmente ligados. Em seus discursos de campanha, os principais candidatos tropeçam nas próprias declarações e ora desmerecem o Estado, ora o exaltam.

Zélia M. Cardoso de Mello

Os últimos dez anos nos legaram, além do binômio estagnação-inflação, a falência do Estado. Não poderia ser outro o resultado da política econômica praticada que privatizou o Estado através da proliferação e generalização de incentivos e subsídios, explícitos e implícitos; da estatização da dívida externa; da corrosão das receitas públicas pelo aumento da inflação; da destruição do

aparelho do Estado pela submissão a interesses políticos menores.

Como resultado o Estado perdeu a capacidade de cumprir suas funções, seja para fazer política econômica, seja para fazer políticas sociais. A incapacidade deste Estado destruído e desmoralizado somou-se a incapacidade do atual governo em definir prioridades, combater a inflação; somou-se também a inexistência de um projeto nacional de qualquer matiz que pudesse ser apresentado ao conjunto da sociedade e com isso criar uma rede de interesses consistentes trabalhando pela prosperidade.

A conjugação destas forças e de seus resultados tem provocado uma profunda confusão no debate para as saídas da crise brasileira. A desmoralização do Governo e o agravamento da crise econômica tornaram o Estado alvo de todos os ataques: a incompetência deste Governo em particular confunde-se com a do Estado em geral. A crise econômica passou a ser a crise do Estado; como consequência, o fim do Estado parece ser a saída para o fim da crise.

Neste país, de quando em quando, aparecem idéias que vêm com o status de panacéia de todos os males: foi assim com as *diretas já*, com a conversão, com a privatização e agora com o fim do Estado. a verdadeira solução é certamente mais complexa e a única possibilidade de avançar nesta discussão é retirar o véu ideológico que a encobre.

É sempre bom nos remetermos aos ensinamentos da história: devemos começar lembrando que a história do capitalismo se confunde com a história da formação dos Estados nacionais, por serem estes um de seus supostos. Por outro lado, a observação do desenvolvimento do mundo capitalista ilustra como a correta inserção do Estado na economia é fundamental para a definição dos destinos de uma nação. Em artigo recentemente publicado, Ricardo Semler (*Gazeta Mercantil*, 18/09) mostra com clareza que os países usualmente citados como exemplo da ausência do Estado e do predomínio do puro jogo de mercado estão longe de mostrar as características evocadas. Ao contrário. Japão, Coreia e Estados Unidos constituem-se ótimos exemplos da boa aliança entre Estado e capitais privados. A história econômica do Brasil mostra com clareza que os momentos de crescimento aqui também foram resultado da ação articulada entre Estado e iniciativa privada.

Quem apregoa o fim do Estado frequentemente recorre a exemplos latinoamericanos para defender a estratégia liberal: comparam-se situações totalmente diversas como o Brasil e a Bolívia, ou o Chile, ou ainda a Argentina. As experiências de resolução da crise com um *approach* liberal nestes países não deixam de ser ilustrativas: no caso da Bolívia não havia nada a perder e no caso do Chile havia muito pouco. De qualquer forma o ajuste escolhido implicou na renúncia à indústria nacional. No caso da Argentina, este país que ostentava índices invejáveis em todas as áreas *vis à vis* seus parceiros latinoamericanos, a experiência de internacionalização feita na década de 70 resultou no sucateamento da indústria.

Ao elencar estes exemplos não se pretende fazer a apologia do Estado. De maneira nenhuma. Pretende-se dar alguma racionalidade ao debate, mostrando inicialmente a *falácia* das comparações. Mas é preciso avançar.

No caso brasileiro, o problema não é o Estado em geral, é o estado que temos e mais especificamente o Governo que temos. É o Estado desmoralizado, corrupto, desprovido de caráter público, ineficaz, incapaz de exercer suas funções; é o Estado excessivamente regulamentador, burocrático, que "cria dificuldades para vender facilidades" e atrapalha a iniciativa privada. É o Estado quebrado (quem quebrou o Estado?...). Há sem dúvida que se reformar o Estado: há que sanear-lo moral e financeiramente, para que exerça seu papel. Mas é preciso definir exatamente seu papel e o dos outros atores.

Isto requer a definição de uma estratégia enquanto Nação. Que país queremos ser, como e com quem queremos crescer e nos aliar? Requer-se um projeto nacional situado dentro das transformações que estão se processando no mundo. Um projeto que sinalize corretamente e que seja resultado da conjugação dos interesses dos vários segmentos econômicos e sociais. O próximo Governo deverá liderar este projeto, endossado pela sociedade.

Ao Governo será exigida competência para fazer sua parte, para fazer as reformas sociais; para encaminhar um processo de ajuste do patrimônio público com seriedade e transparência. Para fazer a articulação e atração dos capitais privados internos e externos em projetos de interesse nacional. Dos empresários será exigido o seu discurso na prática, isto é, que ocupem os espaços para investir e modernizar a economia.

